



COES – Febre Amarela

CENTRO DE OPERAÇÕES DE EMERGÊNCIAS EM SAÚDE PÚBLICA SOBRE FEBRE AMARELA

INFORME – Nº 25/2017

MONITORAMENTO DOS CASOS E ÓBITOS DE FEBRE AMARELA NO BRASIL

INÍCIO DO EVENTO: Dezembro de 2016	NOTIFICAÇÃO AO MINISTÉRIO DA SAÚDE: 05/01/2017	ATUALIZAÇÃO (DATA E HORA): 02/03/2017 - às 13h
TOTAL DE CASOS NOTIFICADOS: 1.411 (915 EM INVESTIGAÇÃO, 352 CONFIRMADOS E 144 DESCARTADOS)	ÓBITOS (ENTRE O TOTAL DE CASOS): 224 (104 EM INVESTIGAÇÃO, 113 CONFIRMADOS E 07 DESCARTADOS)	
SITUAÇÃO EPIDEMIOLÓGICA NACIONAL:		
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Total de Estados: 07 ▪ Distribuição de casos por regiões: 04 regiões ▪ Total de Municípios: 169 ▪ Doses de vacinas enviadas aos Estados: 14,85 milhões ▪ Letalidade: 32,2% 		

ANEXO: GLOSSÁRIO

1. Informações gerais

Até 02 de março de 2017, foram notificados ao Ministério da Saúde 1.411 casos suspeitos de febre amarela silvestre, desses, 915 (64,9%) casos permanecem em investigação, 352 (24,9%) casos foram confirmados e 144 (10,2%) foram descartados.

Tabela 1 - Distribuição dos casos de febre amarela notificados à SVS/MS até 02 de março de 2017, às 13h, com início dos sintomas a partir de 01 dezembro de 2016, por UF do Local Provável de Infecção (LPI) e classificação.

UF do LPI	Municípios com casos notificados	Classificação dos casos			
		Total de casos notificados	Casos em Investigação	Casos Confirmados	Casos Descartados
Região Centro-Oeste					
Goiás	1	1	1	0	0
Região Norte					
Tocantins	4	6	3	0	3
Região Nordeste					
Bahia	8	14	7	0	7
Rio Grande do Norte	1	1	1	0	0
Região Sudeste					
Espírito Santo	43	217	108	79	30
Minas Gerais ¹	87	1.088	760	269	59
São Paulo	25	28	11	4	13
UF do LPI em Investigação²	0	24	24	0	0
Descartados por outras UF³	0	32	0	0	32
Total	169	1.411	915	352	144

¹Incluídos casos notificados pelas SES BA, ES, GO, SP, SC, PI, RJ e DF com LPI em MG.

²Incluídos casos notificados pelas SES PI, SC, AL e DF com LPI em Investigação.

³Incluídos casos descartados pelas SES GO, MS, AM, PA e DF.



Figura 1 - Distribuição geográfica dos casos suspeitos de febre amarela notificados à SVS/MS até 02 de março de 2017, às 13h, com início dos sintomas a partir de 01 dezembro de 2016, por município do LPI e classificação.

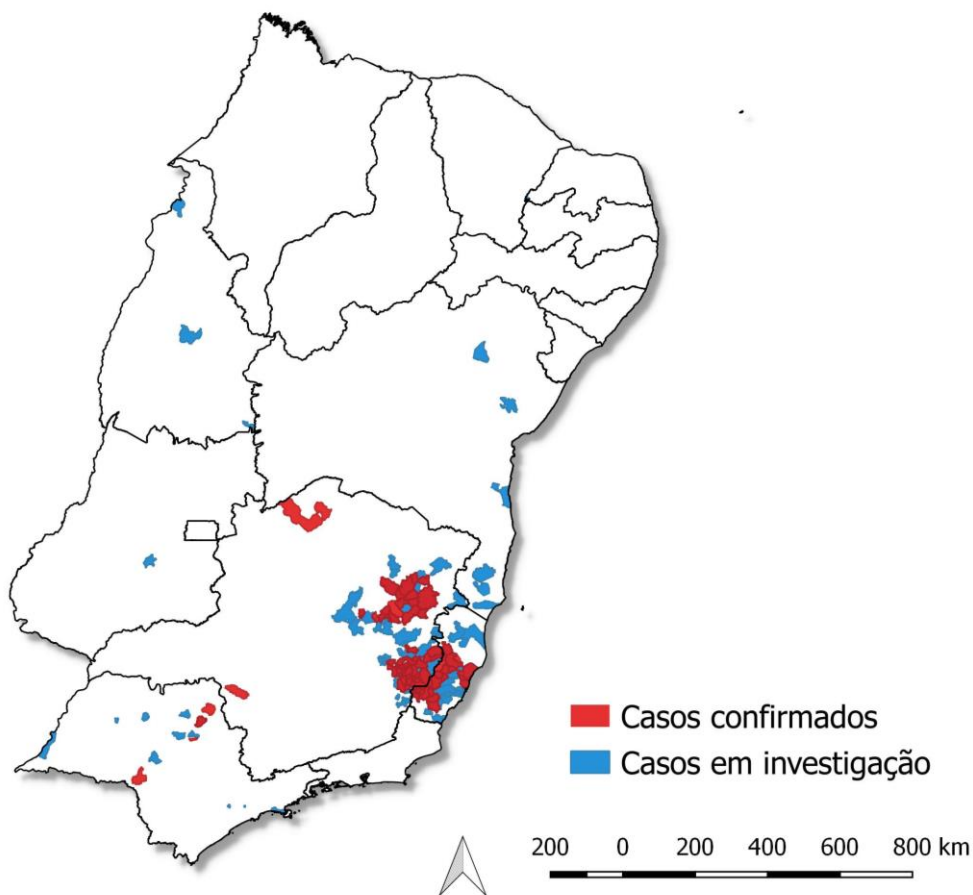


Figura 2 - Distribuição temporal (por semana epidemiológica) dos casos confirmados de febre amarela notificados à SVS/MS até 02 de março de 2017, às 13h, com data de início dos sintomas a partir de 01 dezembro de 2016.

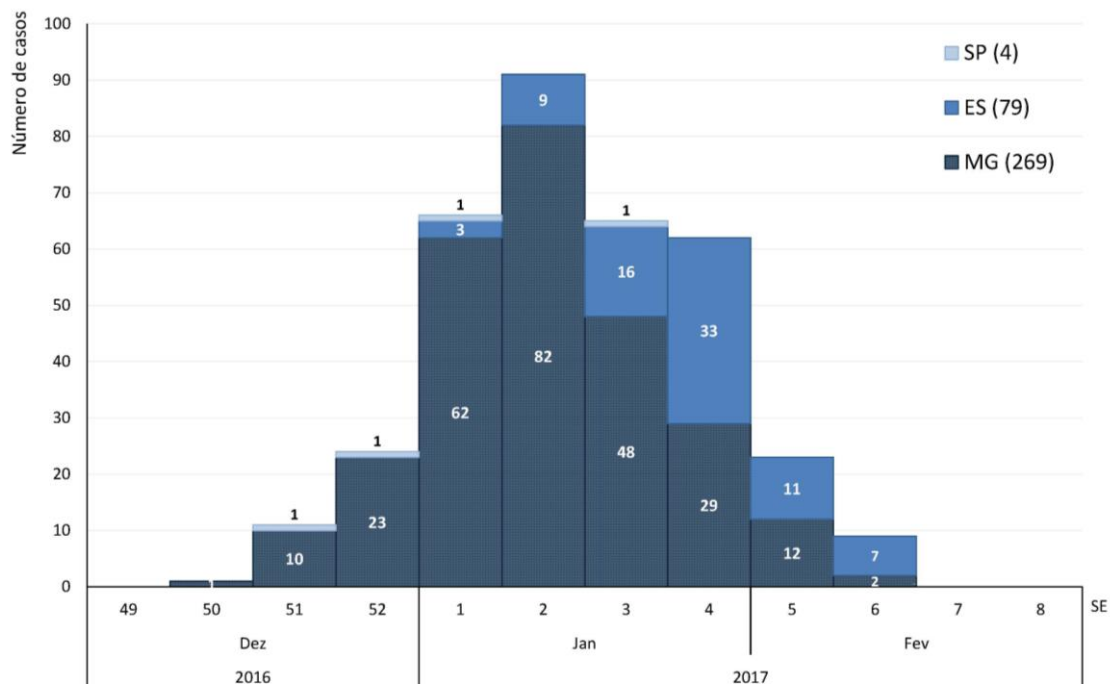
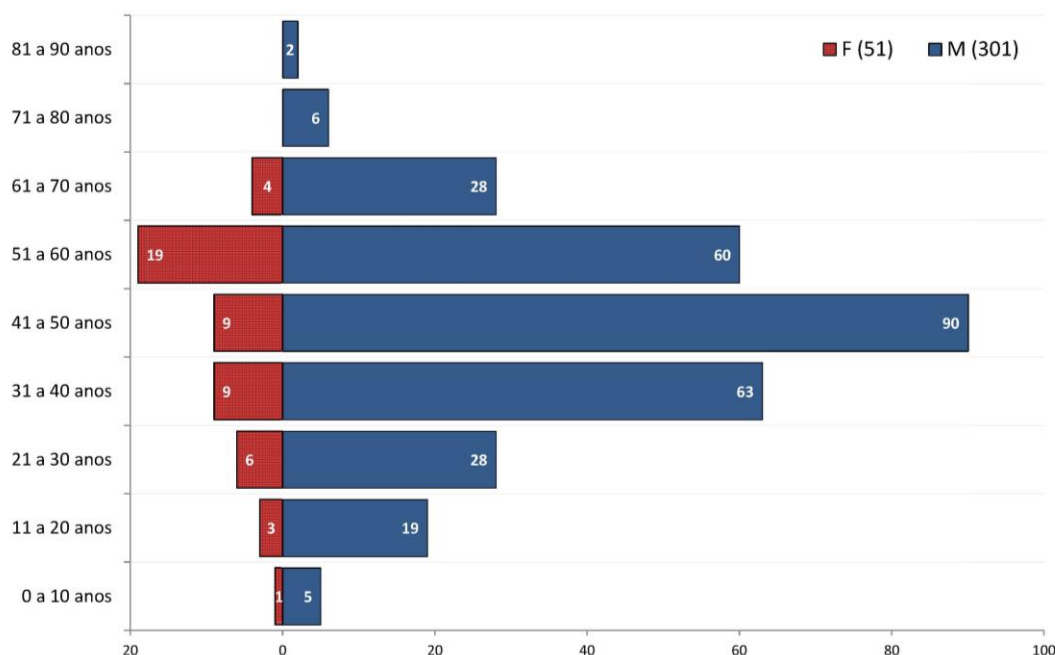




Figura 3 - Distribuição por sexo e faixa etária dos casos confirmados de febre amarela notificados à SVS/MS até 02 de março de 2017, às 13h, com data de início dos sintomas a partir de 01 dezembro de 2016.



O perfil demográfico dos casos confirmados coincide com aquele geralmente observado nos surtos de febre amarela silvestre, com a maior parte dos casos em pacientes do sexo masculino e idade economicamente ativa, uma vez que esses indivíduos se expõem com maior frequência a áreas e situações de risco, sobretudo em decorrência de atividades laborais.

Do total de casos, 224 evoluíram para óbito, sendo que 104 (46,4%) óbitos permanecem em investigação, 113 (50,5%) óbitos foram confirmados e 07 foram descartados (3,1%). A taxa de letalidade entre os casos confirmados foi de 32,2%.

Tabela 2 - Distribuição dos óbitos suspeitos de febre amarela entre o total de casos notificados à SVS/MS até 02 de março de 2017, às 13h, com início dos sintomas a partir de 01 dezembro de 2016, por UF do Local Provável de Infecção (LPI) e classificação.

UF do LPI	Municípios com óbitos	Classificação dos óbitos			
		Total de óbitos notificados	Óbitos em Investigação	Óbitos Confirmados	Óbitos Descartados
Região Norte					
Tocantins	1	1	1	0	0
Região Nordeste					
Bahia	1	1	1	0	0
Rio Grande do Norte	1	1	1	0	0
Região Sudeste					
Espírito Santo	18	32	10	18	4
Minas Gerais ¹	48	181	89	92	0
São Paulo	6	6	2	3	1
Descartados por outras UF ²	0	2	0	0	2
Total	75	224	104	113	7

¹ Incluídos óbitos notificados pelas SES da BA, SP, ES e DF com Local Provável de Infecção em MG.

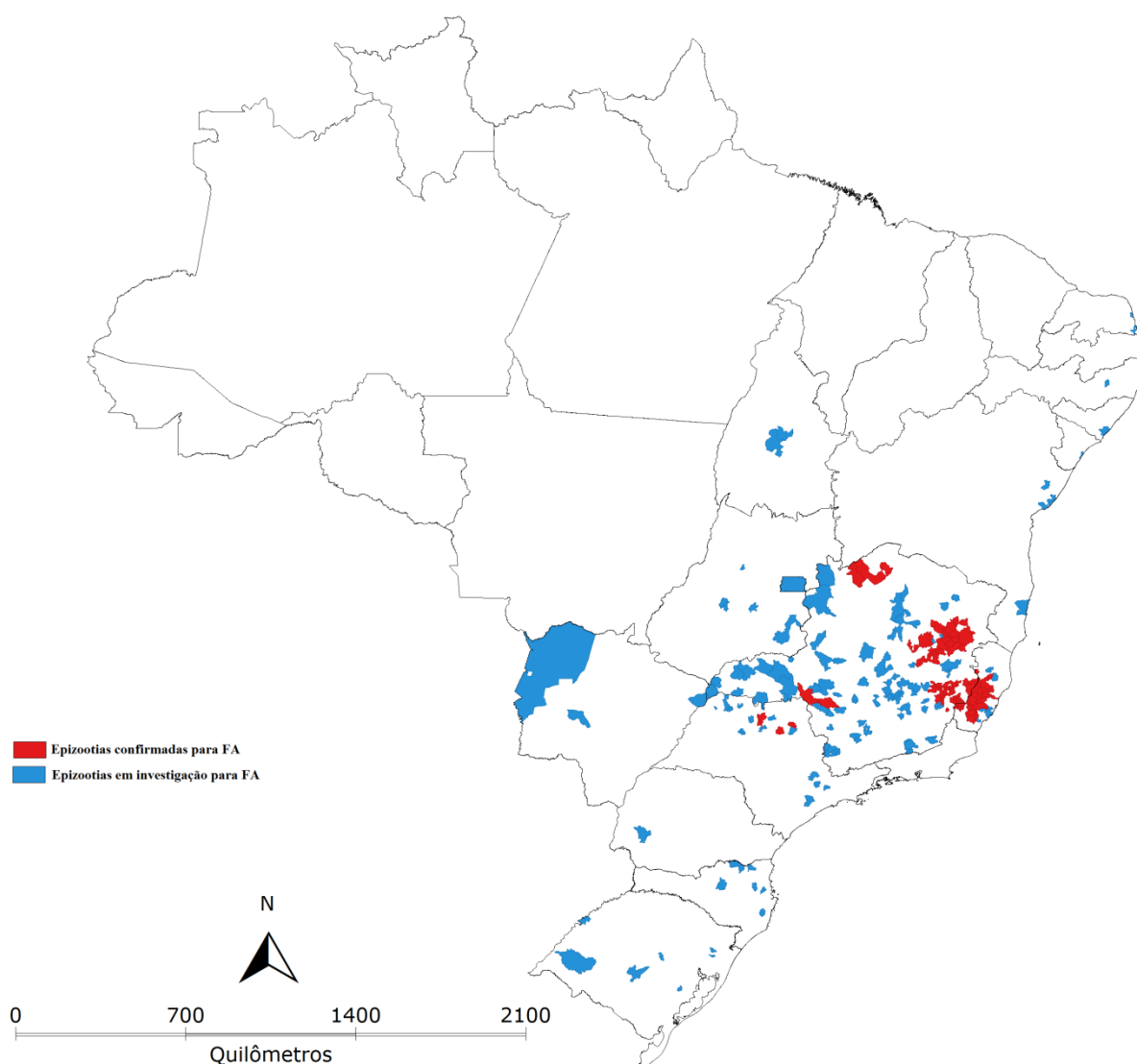
² Incluídos óbitos descartados pelas SES GO e DF.



2. Epizootias de Primatas Não Humanos

Até 02 de março de 2017 foram notificadas ao Ministério da Saúde 968 epizootias em Primatas Não Humanos (PNH), das quais 240 permanecem em investigação, 08 foram descartadas e 386 foram confirmadas para febre amarela por critério laboratorial ou vínculo epidemiológico com epizootias em PNH ou casos humanos confirmados em áreas afetadas (municípios com evidência de circulação viral) e ampliadas (municípios limítrofes àqueles afetados). Foram retiradas do mapa as epizootias consideradas indeterminadas.

Figura 4 - Distribuição geográfica das epizootias em primatas não humanos suspeitas de febre amarela notificadas à SVS/MS até 02 de março de 2017, às 13h, com data de ocorrência a partir de 01 dezembro de 2016, por município do Local Provável de Infecção (LPI) e classificação.

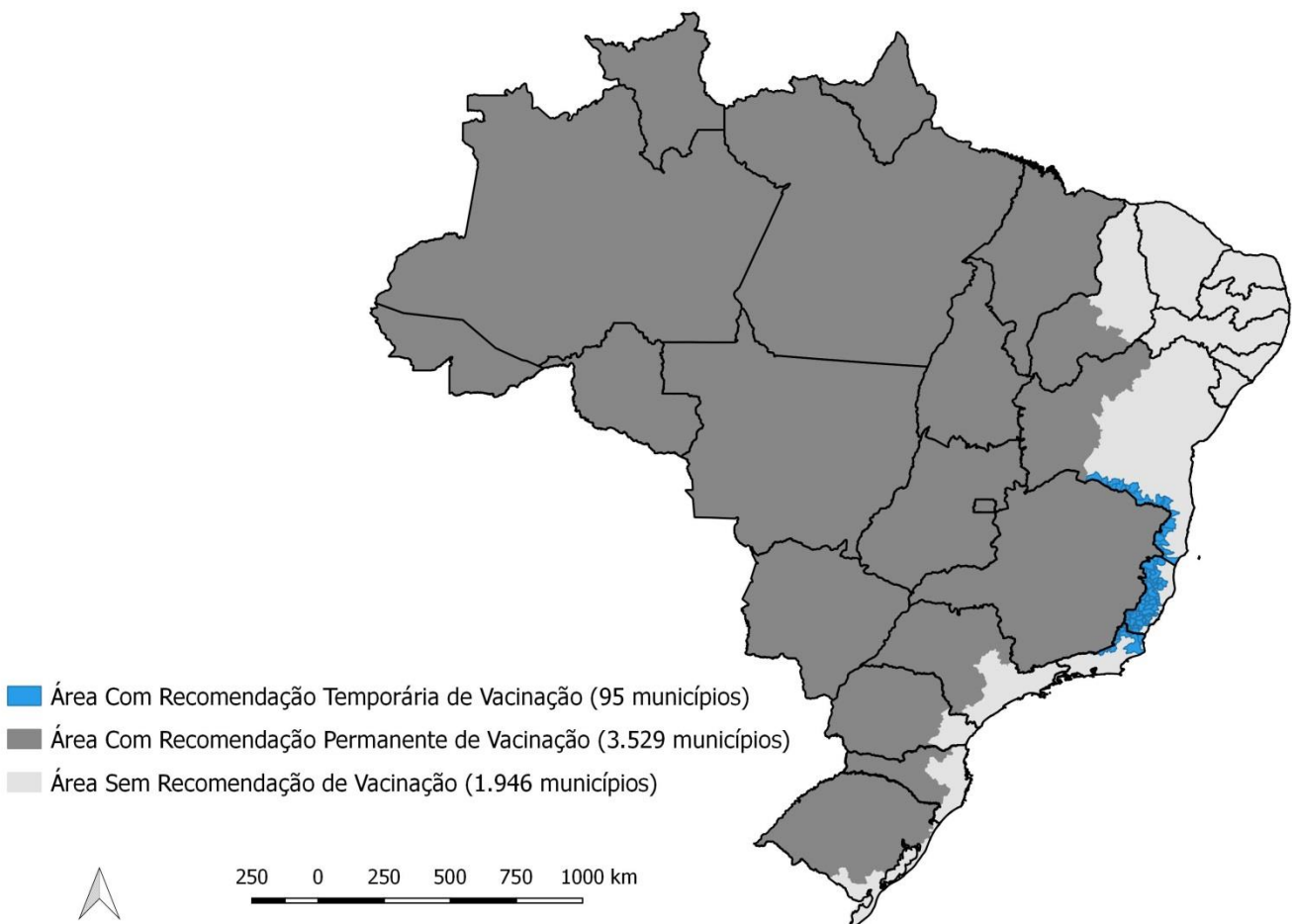




3. Imunização

O Ministério da Saúde encaminhou, entre os meses de janeiro e março, para os estados de Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo, Bahia e Rio de Janeiro o quantitativo de aproximadamente 14,85 milhões de doses da vacina Febre Amarela com objetivo de intensificar as estratégias de vacinação de forma seletiva, à saber: 6,5 milhões (MG), 3,15 milhões (ES), 3,25 milhões (SP), 900 mil (BA) e 1,05 milhão (RJ).

Figura 5 - Distribuição dos municípios segundo a recomendação de vacinação para controle de surto e prevenção da Febre Amarela, Brasil, 2017.



-----ACESSE AQUI-----

Confira a lista de municípios com orientação para vacinação de Febre Amarela:

http://bit.ly/mun_vacina_fa

Confira a lista de municípios com casos confirmados ou em investigação para Febre Amarela:

http://bit.ly/tabela_casos_fa



GLOSSÁRIO – FEBRE AMARELA

Área Com Recomendação Permanente de Vacinação (ACRV): Área com registro histórico de febre amarela (FA) silvestre e, portanto, com recomendação permanente de vacinação.

Área Sem Recomendação de Vacinação (ASRV): Área sem registro histórico de FA silvestre e, portanto, sem recomendação de vacinação.

Área Com Recomendação Temporária de Vacinação (ACRT): Áreas contíguas e/ou próximas às áreas com registro recente e, portanto, com risco de transmissão da doença e recomendação temporária de vacinação em caráter cautelar. Algumas áreas sem registro de casos e não contíguas às áreas com registro de FA estão inseridas nessa classificação por questões geográficas e/ou operacionais (áreas próximas).

Área afetada: Municípios com evidência recente (período de monitoramento – julho a junho) de transmissão do vírus da FA.

Área ampliada: Municípios contíguas à área afetada. Adicionalmente, também poderão ser incluídos nessa área aqueles municípios dispostos entre distintas áreas de transmissão (afetada e ampliada).

Caso humano suspeito de FA: Indivíduo com quadro febril agudo (até 07 dias), de início súbito, acompanhado de (i) icterícia e/ou manifestações hemorrágicas, (ii) não vacinado contra a FA ou com estado vacinal ignorado, (iii) residente em (ou procedente de) área de risco para febre amarela ou de locais com ocorrência de epizootia confirmada em primatas não humanos ou (iv) isolamento de vírus em mosquitos vetores, nos últimos 15 dias.

Caso humano confirmado para FA por critério clínico-laboratorial: Todo caso suspeito que, além dos critérios clínicos e epidemiológicos compatíveis, apresente pelo menos uma das seguintes condições: (i) isolamento do vírus da FA em tecidos ou sangue/soro; (ii) detecção do genoma viral em tecidos ou sangue/soro; (iii) detecção de anticorpos da classe IgM em soro pela técnica de MAC-ELISA em indivíduos não vacinados ou com aumento de 4 vezes ou mais nos títulos de anticorpos pela técnica de inibição da hemaglutinação (IH), em amostras de soro pareadas; (iv) achados histopatológicos com lesões em tecidos compatíveis com FA. Também será considerado **caso confirmado** o indivíduo assintomático ou oligossintomático, originado de busca ativa, que (i) não tenha sido vacinado e que (ii) apresente sorologia (MAC-ELISA) positiva ou positividade por outra técnica laboratorial conclusiva para a FA. Importante avaliar para além dos resultados laboratoriais, os critérios clínicos e epidemiológicos para encerramento de casos, considerando a elevada incidência e prevalência de outros *Flavivirus* como Dengue, Zika, Saint Louis e o vírus do oeste do Nilo, além da vacinação contra a FA, em virtude da elevada frequência de reações inespecíficas e/ou cruzadas entre esses vírus, além do uso de técnicas laboratoriais não utilizadas anteriormente.

Caso humano confirmado para FA por vínculo epidemiológico: Caso suspeito de FA que evoluiu para óbito em menos de 10 dias, sem confirmação laboratorial, em período e área compatíveis com surto ou epidemia, em que outros casos já tenham sido confirmados laboratorialmente.

Caso humano descartado: Caso suspeito com diagnóstico laboratorial negativo, desde que comprovado que as amostras foram coletadas em tempo oportuno para a técnica laboratorial realizada; ou caso suspeito com diagnóstico confirmado para outra doença.

Epizootia de primata não-humano com suspeita de FA: Primata não humano de qualquer espécie, encontrado morto (incluindo ossadas) ou doente, em qualquer local do território nacional. Os eventos notificados devem ser classificados em:

- 1) **Epizootia de primata não-humano “em investigação”:** Morte de macaco, constatada em investigação local, com coleta de amostras do animal objeto da notificação ou com coleta de amostras secundárias na investigação (amostras de primatas remanescentes da área, contactantes do animal doente ou morto). Adicionalmente, a investigação na área do Local Provável de Infecção (LPI) pode reunir amostras indiretas para contribuir na investigação, tais como vetores para pesquisa de vírus, casos humanos sintomáticos ou indivíduos assintomáticos não vacinados, identificados na busca ativa.
- 2) **Epizootia em primata não-humano confirmada para FA por critério laboratorial:** Epizootia em primatas não humanos com resultado laboratorial conclusivo para a FA em pelo menos um animal do LPI (aplicam-se as mesmas técnicas utilizadas em amostras de humanos).
- 3) **Epizootia em primata não-humano confirmada para FA por vínculo epidemiológico:** Epizootia em primatas não humanos associada a evidência de circulação viral em vetores, outros primatas não humanos ou humanos no LPI. Devem ser considerados o tempo e a área de detecção, avaliando caso a caso, em conjunto com as Secretarias Estaduais de Saúde (SES) e a Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS).
- 4) **Epizootia em primata não-humano indeterminada:** Rumor do adoecimento ou morte de macaco, com histórico consistente, sem coleta de amostras para diagnóstico laboratorial. Incluem-se nessa classificação aqueles eventos em que a investigação epidemiológica não reuniu amostras para investigação da causa da epizootia.
- 5) **Epizootia em primata não-humano descartada:** Resultado laboratorial negativo para FA ou com confirmação por outras causas.